

SUMÁRIO

PREFÁCIO – IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	5
APRESENTAÇÃO – HUMBERTO ÁVILA	9
NOTA À 2ª EDIÇÃO	15
AGRADECIMENTOS	21
INTRODUÇÃO	25

CAPÍTULO 1. LEGALIDADE, LIBERDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

1.1 Considerações introdutórias: as diferentes funções dos princípios	38
1.2 Os direitos fundamentais no Direito Tributário	46
1.3 O princípio da legalidade	
1.3.1 O conceito de legalidade	63
1.3.2 A crise atual da legalidade em uma era de ceticismo interpretativo	69
1.3.3 A legalidade na Constituição de 1988	78
1.3.4 A especificidade da legalidade tributária: a função do princípio da legalidade no Sistema Tributário Nacional ...	80
1.4 O princípio da liberdade	
1.4.1 Liberdade como manifestação da autonomia individual ...	84
1.4.2 A liberdade como um direito	88
1.4.3 A liberdade na Constituição de 1988	93
1.4.4 Liberdade e Direito Tributário: a função do princípio da liberdade no Sistema Tributário Nacional	97
1.5 O princípio da segurança jurídica	
1.5.1 O papel central da segurança jurídica para o Estado de Direito	103
1.5.2 A segurança jurídica na Constituição de 1988	107

1.5.3	<i>Segurança jurídica e Direito Tributário: a função do princípio da segurança jurídica no Sistema Tributário Nacional</i>	109
1.6	O formalismo no Direito Tributário	
1.6.1	<i>Formalismo interpretativo</i>	117
1.6.2	<i>Formalismo na aplicação: do formalismo ao particularismo</i>	124
1.7	Conclusões parciais: a especificidade do Direito Tributário	126

CAPÍTULO 2. SOLIDARIEDADE, CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E IGUALDADE

2.1	O princípio da solidariedade	
2.1.1	<i>O conceito de solidariedade</i>	130
2.1.2	<i>O conceito de solidariedade no âmbito do Direito Tributário</i>	135
2.1.3	<i>Solidariedade e Direito Tributário: a função do princípio da solidariedade no Sistema Tributário Nacional</i>	140
2.2	Solidariedade e capacidade contributiva	
2.2.1	<i>O conceito de capacidade contributiva e sua vinculação ao princípio da solidariedade</i>	149
2.2.2	<i>A função do princípio da capacidade contributiva no Sistema Tributário Nacional</i>	154
2.3	O princípio da igualdade	
2.3.1	<i>O conceito de igualdade</i>	157
2.3.2	<i>Igualdade e Direito Tributário: a função do princípio da igualdade no Sistema Tributário Nacional</i>	160
2.3.3	<i>A analogia no Direito Tributário</i>	166
2.3.4	<i>O paradoxo da busca pela igualdade através de cláusulas gerais</i>	176
2.4	Crítica à ponderação: o equívoco da ideia de supremacia da solidariedade	178
2.5	O dever fundamental de pagar tributos e a teoria da supremacia do interesse público	195
2.6	Conclusões parciais: o dever de pagar tributos conforme a Constituição	199

CAPÍTULO 3. O DIREITO FUNDAMENTAL DE ECONOMIZAR TRIBUTOS

3.1	Considerações introdutórias: a natureza dos direitos e deveres fundamentais	203
------------	--	-----

3.2 O direito fundamental de economizar tributos como garantia constitucional	
3.2.1 O regime de liberdade e previsibilidade determinado pela Constituição	212
3.2.2 O direito à economia tributária e o equívoco da ideia de exigência de “motivação extratributária” como critério de abuso	218
3.2.3 A configuração da evasão ou elisão abusiva e o ônus da prova	226
3.2.4 O limite ao planejamento tributário: a existência de vícios nos atos ou negócios jurídicos	236
3.2.4.1 Vícios no plano da existência	
3.2.4.1.1 Simulação (ou simulação absoluta)	237
3.2.4.1.2 Dissimulação (ou simulação relativa)	240
3.2.4.2 Vícios no plano da validade	
3.2.4.2.1 Abuso de direito	242
3.2.4.2.2 Fraude à lei	247
3.2.4.2.3 Abuso de forma	249
3.2.4.3 Os vícios dos negócios jurídicos e sua aplicabilidade restrita ao planejamento tributário	252
3.3 A inexistência de norma geral antiabuso no Sistema Tributário Nacional	
3.3.1 A definição e o alcance de uma norma geral antiabuso	255
3.3.2 O tema no Código Tributário Nacional	259
3.3.3 Os limites de uma norma geral antiabuso no ordenamento jurídico brasileiro	264
3.4 Conclusões parciais: o direito fundamental de economizar tributos e seus limites	265

CAPÍTULO 4. O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

4.1 Considerações introdutórias: a importância da jurisprudência como instrumento de segurança jurídica e a (falta de) aplicabilidade da Constituição em matéria tributária	268
4.2 No plano da interpretação	
4.2.1 Os critérios de interpretação e a primazia entre eles	273
4.2.2 A utilização da solidariedade para redefinir os termos utilizados nas regras constitucionais	279
4.2.3 O exemplo na interpretação restritiva de benefícios fiscais	282

4.3	<i>No plano da qualificação</i>	
4.3.1	<i>A utilização de critérios indiciários não previstos em lei para a requalificação dos fatos</i>	285
4.3.2	<i>A requalificação de fatos e a desconsideração de negócios jurídicos</i>	289
4.4	<i>O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais/CARF e a sua atuação em matéria de planejamento tributário</i>	
4.4.1	<i>O reconhecimento da falta de judicialização das questões de planejamento tributário</i>	292
4.4.2	<i>As consequências da insegurança jurídica da atuação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais/CARF</i>	296
4.5	<i>A influência do Direito Tributário Internacional na jurisprudência brasileira</i>	
4.5.1	<i>Os limites do Direito Tributário Internacional</i>	301
4.5.2	<i>Breves considerações sobre o Plano de Ações do BEPS (“Base Erosion and Profit Shifting”) e sua (in)compatibilidade com o Sistema Tributário Nacional</i>	304
4.5.3	<i>O exemplo da questão do sigilo de dados bancários</i>	308
4.6	<i>Conclusões parciais: a incapacidade da jurisprudência tributária brasileira de gerar segurança jurídica</i>	317
	CONCLUSÕES E TESES	321
	BIBLIOGRAFIA	336